

**CERRADO:
FRONTEIRA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA CAPITALISTA DO SÉCULO XX**

**CERRADO:
FRONTERA DE LA PRODUCCIÓN AGRÍCOLA CAPITALISTA DEL SIGLO XX**

Maria Erlan Inocêncio

UFG/IESA

airam1236@gmail.com

Manoel Calaça

UFG/IESA

manoelcalaca@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho visa compreender os novos moldes de produção agrícola no Cerrado, sob a ótica das políticas públicas verticalizadas no PRODECER, Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado. Enfatiza a construção territorial pelo viés do Estado, políticas públicas e corporações internacionais. O PRODECER é um dos únicos programas direcionados para a ocupação do Cerrado a ter se efetivado e permanecido em funcionamento no Brasil, com resultados satisfatórios, desde os governos militares até os dias atuais. Estruturou-se em etapas, incorporando uma área total de 350 mil hectares nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Tocantins e Maranhão. A pesquisa, em construção, privilegiará o território enquanto categoria de análise no entendimento do espaço agrário, enfatizando a reestruturação produtiva do Cerrado pelo viés da inserção do Meio Técnico-Científico-Informacional.

Palavras-Chave: Território; PRODECER; Cerrado; Fronteira.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo para entender los moldes nuevos de la producción agrícola en el pasto abierto, bajo óptica de la política pública en el PRODECER, programa de los verticalizadas de la cooperación Nipo-Brasileño para el desarrollo del pasto abierto. Acentúa la construcción territorial para el diagonal del estado, de la política pública y de las corporaciones internacionales. El PRODECER es uno de los únicos programas ordenados para la ocupación del pasto abierto para tener si es realizado y permanecidos en el funcionamiento en el Brasil, con

resultados satisfactorios, desde los gobiernos militares hasta los días actuales. Uno structuralized en las etapas, incorporando un área total de 350 mil hectáreas en los estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahía, Tocantins y Maranhão. La investigación, en la construcción, privilegiará el territorio mientras que categoría del análisis en el acuerdo del espacio agrario, acentuando la reorganización productiva del pasto abierto para el diagonal de la inserción de medio Técnico-Científico

Palabra-Llave: Territorio; PRODECER; Cerrado; Frontera

Introdução

A compreensão dos novos moldes de produção agrícola no Cerrado, vegetação típica de áreas centrais do território brasileiro, passa necessariamente pela ótica das políticas públicas. Estas foram ao longo de diferentes períodos da história do Brasil as principais vias modernizantes do campo.

O campo no Brasil se estruturou desde o início da colonização voltado para atender ao mercado externo, fato que norteou todo o processo produtivo. Nas modernas economias, como a brasileira e dos demais países, que nasceram sob a dependência econômica, o funcionamento do setor agropecuário é regulado pelas relações de produção e de distribuição vigentes na economia como um todo (Szmrecsányi, 1999).

Hoje temos uma produção cada vez mais voltada para o atendimento dos mercados urbanos e industriais, nacionais e estrangeiros, e cada vez menos dedicada à simples subsistência e ao autoconsumo. Essa especialização conjugada a uma crescente concorrência, tem levado à diferenciação dos produtores, à concentração dos meios de produção, e a transformação das atividades produtivas, modernização ou industrialização da agricultura.

O processo de modernização do campo tem sido determinado de fora para dentro do setor agropecuário, a partir da indústria e do capital industrial, que contam usualmente com a ajuda do Estado, através de políticas públicas direcionadas.

A modernização agrícola no Cerrado ocorreu por intermédio de diferentes formas de intervenção estatal na economia, que aqui denominamos de políticas públicas, entendidas enquanto o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas

Dentre políticas públicas que intervieram diretamente sobre as terras do Cerrado, merece destaque o POLOCENTRO, Programa de Desenvolvimento dos Cerrados e o PRODECER, Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado.

O objetivo deste estudo foi compreender qual a ação das políticas públicas, verticalizadas no PRODECER, sobre a produção agrícola do Cerrado. Este incorporou novos sistemas produtivos, modernização agrícola, sob a ótica de um conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia de novos padrões produtivos.

No caso em específico a função principal do PRODECER foi tornar o Cerrado uma área produtora de grãos, soja principalmente, produto em recessão no mercado japonês.

Os Estados Unidos em 1970 impuseram uma barreira dificultando a exportação da soja. Como o Japão era dependente desse mercado e possuía um consumo elevado desse produto, houve a necessidade de se buscar outras áreas que pudessem suprir o abastecimento. Como o Brasil já havia implantado programas como o POLOCENTRO, PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), e o PCI (Programa de Crédito Integrado do Cerrado), todos voltados para o Cerrado, o PRODECER foi como que uma continuidade desses programas.

Esta ação direta do governo ao assinar o acordo com os japoneses para a produção de produtos exportáveis no cerrado caracteriza a dimensão do poder do Estado na ocupação, ordenação e reordenação do território, no caso exposto, através da agricultura. Para a efetivação desta ação há a necessidade de ampliar os meios e instrumentos de geração de produtividade através do capital estrangeiro aumentando a implantação das empresas agropecuárias no país, que financiarão os insumos indispensáveis à modernização. Temos então a estruturação de um novo

sistema de cultivo¹ nos cerrados, caracterizados por novas técnicas químicas, biológicas, mecânicas e gerenciais.

As premissas que nortearam o trabalho até então produzido sustenta-se em uma revisão de literatura e algumas entrevistas. Como o estudo é preliminar para a produção da tese, alguns trechos baseiam-se em entrevistas realizadas no período entre 2000 e 2001. Os dados estatísticos entretanto não foram alterados. O PRODECER iniciou-se na década de 1980 e foi encerrado para o recebimento de novos produtores e incorporação de outras áreas no ano de 2001.

Políticas públicas e a incorporação do Cerrado

As políticas públicas sempre foram elementos importantes na incorporação de novas áreas produtivas dentro do território nacional e dentre elas houve duas que tiveram grande importância na ocupação do Cerrado: o POLOCENTRO, Programa de Desenvolvimento dos Cerrados e o PRODECER, Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado.

O POLOCENTRO criado no início do governo Geisel, em 1975, “destinava-se à construção de armazéns, ao apoio à pesquisa e assistência técnica, ao sistema de transporte, à rede de energia e exploração do calcário”. (Shiki, 1997, p. 145). Tinha como objetivo o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do oeste do Estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características de Cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial.

Porém o programa governamental de ação direta sobre os Cerrados de maior destaque foi o PRODECER, Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado. Este programa foi criado em 1979, dentro do II PND², visando fortalecer a ocupação do Cerrado com bases técnicas e gerenciais modernas, através do acordo firmado entre o Brasil e o Japão para a produção de soja no Cerrado.

¹ A expressão sistema de cultivo ou cultura abrange o conjunto de técnicas aplicadas na exploração da terra para dela retirar renda anual. (...) Trata-se, em primeiro lugar, da combinação de culturas que corresponde com muita exatidão à acepção precisa e explícita do termo, mas de tudo que lhe possa ser integrado. (...) O conjunto das operações produtivas (...). (George, 1982, p.105).

² Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), um dos programas governamentais de integração regional brasileira, no período militar brasileiro e que continha metas direcionadas para o Cerrado.

Um de seus objetivos foi o assentamento de agricultores experientes no uso de tecnologias. O financiamento para sua estruturação partiu da Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (JICA), tendo a contrapartida do governo brasileiro e apoio da iniciativa privada. (WWF, 1995).

O PRODECER incorporou, através de projetos de colonização, algumas áreas de Cerrado, denominadas de “Projeto Piloto”. Os produtores para participarem do projeto tinham que estar vinculados a cooperativas agrícolas ou associações de produtores rurais. A seleção dos beneficiários foi realizada pela CAMPO, Companhia de Promoção Agrícola, entidade privada para o planejamento, assistência e coordenação do Programa, formada por capital subscrito por organismos públicos e empresas privadas do Brasil e do Japão e, Organismos Cooperativos. Este programa direcionou-se para a produção de grãos - soja, milho e sorgo, tendo sido efetivado em três etapas.

As ações do PRODECER fixaram-se em Estados das Regiões Centro-Oeste, Sudeste, Norte e Nordeste, todas recobertas por vegetação de Cerrado. Na primeira etapa, (PRODECER I) que teve início em 1980, foi implantada no oeste de Minas Gerais. A segunda (PRODECER II) estabeleceu-se em 1987, nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia. A terceira e última etapa (PRODECER III), fixou-se a partir de 1995 nos estados do Maranhão e Tocantins.

Como forma de melhor compreender a inserção do Cerrado no contexto da modernização da agricultura, o estudo da expansão da fronteira se faz necessário tendo em vista a forma como é concebida dentro dos novos parâmetros produtivos.

Fronteira hoje é um tema recorrente nos estudos brasileiros e tornou-se categoria fundamental para a compreensão da estruturação-apropriação e (re) apropriação do território nacional exercendo um importante papel na ocupação do Cerrado.

A expansão da fronteira agrícola e a ocupação do Cerrado

O termo fronteira é bastante dinâmico e sua análise pressupõe um vasto estudo sobre o tema, o que não é tarefa fácil. Entretanto pode-se afirmar que foi, através da expansão desta, que se desencadeou todo o processo de

ocupação/povoamento, e mais recentemente de modernização capitalista, do território nacional.

Destaque pode ser dado ao Cerrado, enquanto "*locus*" do avanço de uma fronteira agrícola, comandada pelo capital financeiro, que muda radicalmente a feição deste bioma, considerado por muitos, décadas atrás, como um grande "sertão", local atrasado e sem perspectivas.

Nesse sentido foi fundamental o papel desempenhado pelo Estado, enquanto propulsor de mudanças, na captura do Centro-Oeste, enquanto área de expansão da fronteira agrícola, dentro do processo de interiorização do capitalismo no Brasil.

É possível discutir fronteira como uma categoria útil para analisar a penetração e expansão do capital no campo e no urbano-imobiliário, identificando as relações que se estabelecem entre capital e propriedade enquanto relações sociais.

Vamos nos ater, no entanto, à discussão da fronteira nos processos específicos de apropriação do espaço pelas atividades agropecuárias, ressaltando que o urbano na fronteira agrícola tem um papel relevante enquanto base logística da ordenação territorial.

A expansão da fronteira, na concepção de Martins (1997), expõe uma situação de conflito, compreendida não apenas como a luta pela terra, mas também o choque entre grupos diversos em situações sócio-cultural e espacial diferentes, como expressão das diferentes temporalidades presentes e, como elemento formador e caracterizador da fronteira.

(...) a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. A primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. (Martins, 1997, p. 150).

A fronteira, então, é um conceito capaz de dar conta de uma realidade específica e substantiva e engloba a noção de frente de expansão e pioneira como dois momentos de ver essa realidade; momentos que não significam etapas classificatórias porque podem acontecer interpenetrando-se ou prescindindo uma da outra.

Martins (1997) distingue no interior das fronteiras políticas do país uma fronteira demográfica e uma fronteira econômica. Assim a linha de povoamento avança antes da linha de efetiva ocupação econômica do território. Quando o geógrafo fala de frente pioneira, está falando dessa fronteira econômica. Quando os antropólogos falam de frente de expansão, estão geralmente falando da fronteira demográfica.

Neste sentido, é preciso distinguir entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica, zona de ocupação pelos agentes da "civilização" que não são ainda agentes característicos da produção capitalista, do moderno, do racional, do urbano e de outros.

Entre a fronteira demográfica e fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agente da economia capitalista (...). (Martins, 1997, p.158).

Apesar de alguns afirmarem que a fronteira já fechou porque já não há terras livres a serem ocupadas ou desapareceu porque se integrou, seu uso mantém-se, amplia-se e torna-se polissêmico.

Discordo dos economistas que dizem que a fronteira está se esgotando. Se você tomar o cordão de conflitos como referência, que está muito ao Sul do Rio Amazonas, existe toda uma faixa a ser ocupada (...). Se você tomar como referência a história de expansão da agropecuária no Brasil nos últimos 100 anos, vai ver que sempre houve deslocamento progressivo da fronteira econômica e foi um deslocamento conflitual, o que não quer dizer que estivesse esgotada. O acirramento dos conflitos ultimamente não é um fato de ordem econômica, é um fato de ordem política. (Martins, 1982, p. 31).

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece; "quando houvesse uma assimilação das diversidades e pluralidades presentes na fronteira". (Silva, 1998, p. 131).

A história da formação do território brasileiro é marcada pela expansão do processo produtivo, mediante a incorporação de novas áreas ao processo de produção. Desta forma, desde o período colonial até os dias atuais, a expansão

territorial se deu de formas diferentes e com características próprias, imprimindo ao espaço novas modalidades de ocupação, de produção, de uso e apropriação do solo.

A frente pioneira, no sentido tratado por Martins (1997), marcou um momento importante na expansão espacial do sistema capitalista no Brasil, implantando as bases do capital no campo.

Zona (frente) pioneira, em geral, só falamos quando subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o afluxo de uma forte corrente humana. (Waibel, 1979, p. 282).

Pode-se afirmar, segundo Waibel (1979), que as frentes pioneiras possuem como traços marcantes o crescimento rápido da população e a expansão acelerada da área cultivada, que se vincula diretamente a um novo sistema de transporte rodoviário – o caminhão – e às construções das estradas de rodagem.

Inicialmente, é interessante chamar a atenção para uma distinção que Martins faz para a Amazônia e que também vale para as outras regiões. De acordo com ele, o conjunto de informações hoje disponíveis sobre frente pioneira e de expansão permite afirmar que a frente de expansão foi a forma característica de ocupação do território nacional e começou a declinar com a "*Marcha para o Oeste*" e a intervenção direta do Estado para acelerar o deslocamento dos típicos agentes da frente pioneira sobre novos territórios, em geral ocupados por aqueles que haviam se deslocado com a frente de expansão.

É neste contexto que se situam as áreas de fronteira do Centro-Oeste e Norte, e com alguma especificidade, o Nordeste. A Marcha para o Oeste, do Estado Novo, está calcada na imagem do progresso geral, em um "*novo Brasil*" e que tem como eixo da expansão, a interiorização. Dentre suas ações destacam-se a colonização, abertura de estradas e a construção de Goiânia.

Associa-se a estes elementos, em momento posterior, a construção de Brasília, a montagem de uma tecnologia estrutural estatal, ligada ao planejamento e/ou criação de infra-estrutura territorial, com destaque para as estradas, sobressaindo a Belém-Brasília.

A partir de 1964, retomou-se a "*Marcha para o Oeste*", como uma política de integração nacional, na qual a agropecuária despontou como peça fundamental.

Estas ações permitiram a expansão da fronteira agrícola; a integração efetiva de diversas regiões à economia nacional, através da captura de novas áreas. Ressalta-se o papel do Centro-Oeste na articulação inter-regional e na ampliação da fronteira.

De 1964 até meados da década de 1980, os efeitos da intervenção estatal foram grandes e se expressaram através de planos, programas e projetos específicos. A ênfase da política governamental, no que se refere ao Centro-Oeste diante do contexto típico da época - modernização - tanto do setor industrial, quanto do agrícola - não recai mais na colonização como meta prioritária, mas na modernização do setor agropecuário.

As atenções do País, nesse momento se voltam para as áreas de Cerrado, que foram viabilizadas para o cultivo agrícola através dos avanços tecnológicos desenvolvidos pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), e projetos oficiais de colonização, administrados pelo Governo Federal durante a primeira "*Marcha para o Oeste*" com a implantação de colônias agrícolas, destacando-se a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), implantada no município de Ceres.

O desenvolvimento ocorrido nesta década da área de expansão da fronteira foi marcada pela descontinuidade, formando "espaços insulados", tais como o sudeste goiano, ao longo da Estrada de Ferro, Vale do São Patrício, Vertente Goiana do Paranaíba e principalmente na região do Mato Grosso Goiano, onde deu-se a implantação de Goiânia, a nova capital do Estado. (Barreira, 1997, p.159).

A fronteira agrícola no Centro-Oeste caracteriza-se pelas vigorosas frentes de agricultura, marcadamente capitalistas e tecnificadas, portanto frentes especulativas a partir de grandes empresas agropecuárias.

A expansão da fronteira agrícola desempenhou papel relevante na modernização da agropecuária no Centro-Oeste, juntamente com as políticas agrícolas que remodelaram o espaço rural, especialmente a partir da década de 1970, com políticas voltadas à ocupação do Cerrado.

O desenvolvimento capitalista no Brasil tem imposto uma reordenação territorial ao campo brasileiro. A territorialização do capital no Cerrado goiano emergiu com os novos sistemas de cultivo introduzidos no campo. Estes se conformaram em modernas e sofisticadas técnicas de produção, em que o emprego de capital é o fator propulsor desta etapa de incorporação de novas áreas ao processo de modernização do campo.

O Estado, por intermédio das políticas públicas, tem atuado no espaço de forma a criar ou reordenar territórios. O caso do PRODECER no Cerrado significa esta reestruturação territorial, onde antigos e velhos produtos cultivados (arroz, mandioca etc), como meios de subsistência, perderam espaços para outros mais rentáveis, (soja, algodão, milho etc), e de elevada competitividade. Deste pressuposto, parte a afirmativa de que o processo de reestruturação do território, particularmente o território do Cerrado, foi obra articulada pelo Estado.

O território como base da análise

O termo território deriva do latim “terra” e corresponde ao termo “territorium” e se constrói pela adição à ‘terra’ do sufixo ‘torium’, que designa o lugar de um substantivo qualquer: dormitório, lugar de dormir. Território, lugar da terra, âmbito terrestre localizado. Representa assim uma parcela do espaço terrestre sob o domínio de uma comunidade ou Instituição.(Machado, 1997).

Assim “território constitui-se em realidade, em um conceito subordinado a um outro mais abrangente, o espaço, isto é, à organização espacial. É o espaço revestido da dimensão política, afetivas ou ambas”.(Corrêa, 1998, p. 251).

Também pode ser entendido enquanto uma dimensão política, afetiva ou ambas, que como afirma Corrêa (1998), é uma porção do espaço apropriado por dada coletividade que estabelece um controle direto sobre o lugar que ocupa ou o segmento apropriado tem um caráter afetivo, derivado de práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. Nesse caso a apropriação associa-se a identidade de grupos e a afetividade espacial.

Já Raffestin (1993), o compreende como “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações

marcadas pelo poder”. (p.144). Insere-se em um espaço demarcado pela ação humana, base do território que se forma a partir de uma ação conduzida por atores.

O espaço (...) preexiste a qualquer ação. “Local” de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder. (Raffestin, 1993, p.144).

O espaço do Cerrado foi reestruturado a partir do desenvolvimento de políticas públicas direcionadas para a transformação do uso da terra que passa a abrigar novos produtos e técnicas modernas de produção.

O Estado atuando enquanto ator público, dentro de um contexto pré-estabelecido, reconfigura o espaço do Cerrado e dá a este um novo mapa territorial.

Se associarmos as concepções de Raffestin (1993) e Santos (1996), é possível dizer que as imagens territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, que podem ser identificáveis através dos objetos inseridos sobre o espaço social de produção. A territorialidade do capital é expressa por intermédio das relações de poder sobre o espaço e das relações estabelecidas por uma sociedade em determinado espaço e ao longo do tempo. Esta territorialidade é o conjunto de práticas e, suas expressões materiais e simbólicas, são capazes de garantir a apropriação e permanência em dado território de determinados agentes sociais, do Estado, de diferentes grupos sociais e empresas. Corrêa (1996).

Oliveira (1999, p.74), afirma que,

O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência.

O território também se manifesta como instância de poder através do uso que fazem dele, assim ele em si não é um conceito. Ele só se torna um conceito

utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam. (Santos, 2000).

O Estado é um grande organizador de territórios ao dirigir suas ações sobre um dado espaço terrestre e incorporá-lo a um mecanismo diferenciado de produção. Atua de forma a exercer um poder racional de constituição e manutenção do território. Ele não é o único, entretanto tem nas políticas públicas, instrumento econômico, cultural e ideológico capaz de romper com as raízes culturais de um povo, via incorporação do capital.

Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. (Raffestin, 1993, p.152).

Fighera (1998) afirma que no desenvolvimento capitalista, o Estado é um dos mais dinâmicos agentes de transformação do território. O território goiano adquiriu novas configurações através da égide da territorialização do capital sob diversificadas fontes de poder que foram espacializadas.

A palavra território normalmente evoca o ‘território nacional’ e faz pensar no Estado – gestor por excelência do território nacional – em grandes espaços, em sentimentos patrióticos.(...) No entanto, ele não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex. a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); (...). (Souza, 1995, p.81).

O Estado é um grande construtor e gestor do território, no entanto ele pode e muitas vezes é, criado por entidades particulares, basta que o espaço seja um instrumento de manutenção, conquista e exercício de poder; o campo de forças de relações de poder espacialmente delimitadas sobre dada porção do espaço terrestre.

Considerações

O Cerrado se constituiu enquanto área de domínio de um conjunto de políticas públicas destinadas a criar novos padrões produtivos. O Estado, as corporações internacionais e as cooperativas foram estratégias pensadas pelo capital para territorializar, (des)territorializar, (re)territorializar ações, atores, produtos e mão-de-obra neste bioma.

A expansão capitalista, pelo campo, implicou impactos sociais e produtivo-econômicos que se estabeleceram por todos os lugares onde o capital se apoderou do espaço. Neste sentido, o PRODECER foi o norte da concretização da expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste brasileiro.

As políticas públicas facilitaram o processo da expansão da fronteira agrícola para outras regiões além do Sul e do Sudeste. É nesse momento que o Cerrado é tido como novo “eldorado” da soja, capaz de abrigar um processo de modernização agrícola sem limites.

O PRODECER, política pública estatal reestruturou o território do Cerrado em sete estados brasileiros, que serviram de área da implantação deste projeto nipo-brasileiro e contribuiu para que terras vizinhas a ele também fossem incorporadas com técnicas modernas de produção.

Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão e Tocantins sediaram os projetos do PRODECER e, novas paisagens rurais foram sendo estruturadas conformando novas territorialidades. Procedimentos tecnológicos modernos no uso da terra e o cultivo de variedades agrícolas diferentes daquelas até então praticadas nesses estados foram aos poucos compondo o mosaico do campo do Cerrado.

A lógica de estímulo e/ou expansão ligado a políticas públicas direcionadas ao campo tem sido responsável pela caracterização básica da agricultura especificamente capitalista no Brasil. Tem sido usada com estratégia para a incorporação ou (re) incorporação de novos territórios.

O capital se territorializou no Cerrado, nos anos de 1980, dentre outros agentes, através da atuação do Estado, motor da expansão capitalista no campo via políticas agrícolas. Por vezes sua ação é direta, outras, como no caso do PRODECER, o poder de ação é dele, mas a administração recai sobre a iniciativa

privada e/ou através de parceria. Deste pressuposto, parte a afirmativa de que o processo de (re) estruturação do território, particularmente o território do Cerrado, foi obra pensada pelo Estado.

O estudo desenvolvido nesse artigo tentou refletir a necessidade de buscar novas teorias que possam ajudar na compreensão do campo, tendo como ponto principal a mudança da paisagem operada pelo capital no Cerrado e a recomposição de uma *“configuração cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território do país”*.

Compreendeu-se também que os projetos do PRODECER contribuíram para reforçar o poder do capital sobre o campo em especial sobre a agricultura do Cerrado, direcionando ações e criando mecanismos de produção e produtividade.

Referências

- BARREIRA, C. C. M. A. *Vão do Paranã – a estruturação de um território regional*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1997. (tese de doutoramento). (Pp.154 – 182).
- CORRÊA, R. L.. Territorialidade e corporação: um exemplo. In:SANTOS, Milton; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (orgs) et. alii. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo, Hucitec / ANPUR: 1998. (Pp.251 – 2256).
- FIGHERA, D. T. Estado e território - suas relações e a globalização. In:SANTOS, M. & SOUZA, M. A. A. de. (org) et. alii. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo, Hucitec / ANPUR: 1998. (Pp.108 – 115).
- MACHADO, M. S. Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. In: *Revista do Departamento de Geografia*, nº1, Rio de Janeiro, UERJ, jan. 1997. (Pp.17 – 32).
- MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo, 1997,Ed. Hucitec, 1997. (Pp. 145 – 203).
- MARTINS, J.de. S. *Expropriação & violência – a questão política no campo*. São Paulo, Hucitec, 1982. (Pp.39 – 66).
- OLIVEIRA, A. U. de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In.CARLOS, A. F. A. (org). *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo, Contexto: 1999. (Pp.63 – 109).
- RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do poder. São Paulo, Ática: 1993. (Pp.67 – 163).
- SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo, Hucitec, 1996. (Pp.113 – 152).
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro / São Paulo, Ed. Record: 2000. (Pp.88 – 92).
- SHIKI, S.. Sistema agroalimentar no cerrado brasileiro: caminhando para o caos? In: SHIKI, S. & SILVA, J. G. da. (Orgs) et alii. *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro*. Uberlândia, UFU: 1997. (Pp. 135 – 165)
- SILVA, S. S.. *O avanço da fronteira agropecuária no Acre em tempos recentes: reestruturação fundiária, migração interregional e conflitos sociais em Brasiléia*. (Dissertação de Mestrado) – UNESP/ Presidente Prudente, São Paulo, 1998.

- SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da Costa; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995. (Pp.77 – 116).
- WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, SUPREN, 1979. (Pp. 279-312).
- WWF. *De grão em grão, o cerrado perde espaço – cerrado – impactos do processo de ocupação*. Brasília, WWF, maio de 1995.